

IDEALISMO TRANSCENDENTAL E REALISMO EMPÍRICO: UMA INTERPRETAÇÃO SEMÂNTICA DO PROBLEMA DA COGNOSCIBILIDADE DOS OBJETOS EXTERNOS

[*TRANSCENDENTAL IDEALISM AND EMPIRICAL REALISM:
A SEMANTIC INTERPRETATION OF THE PROBLEM OF
COGNOSCIBILITY OF EXTERNAL OBJECTS*]

Daniel Omar PEREZ¹

1. A TAREFA CRÍTICA: A PERGUNTA PELA POSSIBILIDADE DAS PROPOSIÇÕES SINTÉTICAS

A Crítica da razão pura tem sido interpretada nos últimos duzentos anos das mais variadas formas, a saber: como psicologia, epistemologia ou até mesmo como fundamentação da metafísica. Dentre esses intérpretes, para dar alguns exemplos, podemos citar desde os mais contemporâneos como Patricia Kitcher (1990), até o grande leque dos denominados neokantianos, como Herman Cohen (1885), ou seus opositores, como Martin Heidegger (1998). No entanto, na primeira Crítica Kant declara sem ambiguidade:

Ora, o verdadeiro problema da razão pura está contido na seguinte pergunta: como são possíveis os juízos sintéticos *a priori*? Ou seja: como é que as interrogações que a razão pura levanta e que por necessidade própria é levada a resolver o melhor possível surgem da natureza humana em geral? (KrV B 19)

Kant não diz que seu problema seja psicológico, epistemológico ou que sua obra seja ela mesma uma fundamentação da metafísica. Ele se interroga pela possibilidade das proposições e pelo dispositivo que permite sua formulação. Isso nos autoriza a pensar que, em vez de ir por aqueles caminhos sugeridos por alguns intérpretes, podemos avançar no que se entende como uma pesquisa sobre as condições de possibilidade das proposições sintéticas e do aparelho capaz de executar as regras derivadas da análise daquelas condições.

¹ <danielomarperez@hotmail.com>. Professor of philosophy at PUC-PR, researcher at CNPq (1D). His research interest issues include: Kant, judgment, anthropology, practical philosophy, the problem of subject in human sciences and psychoanalysis. He is author of several papers and books including: Kant e o problema da significação (2008); O Inconsciente: onde mora o desejo (2012).

<danielomarperez@hotmail.com>. Professor de filosofia na PUC-PR, pesquisador no CNPq (1D). Seus temas de interesse em investigação incluem: Kant, juízo, antropologia, filosofia prática, o problema do sujeito nas ciências humanas e na psicanálise. É autor de vários artigos e livros, dentre eles: Kant e o problema da significação (2008); O Inconsciente: onde mora o desejo (2012).

Porém, a formulação nesses termos do problema de pesquisa kantiano não parece ter sido conjuntural, isto é, não se apresenta apenas como um modo de dizer outra coisa. Em *Grundlegung zur Metaphysik der Sitten* (GMS), referindo-se ao problema da razão prática, Kant escreve: “Surge agora a questão: como são possíveis esses imperativos.” Kant avança ainda uma especificação sobre a tarefa empreendida. Cito (AA 04, GMS 48):

... a questão de como é possível o imperativo da moralidade é, sem dúvida, a única que precisa de solução, visto que ele não é de modo algum hipotético e, por conseguinte, a necessidade objetivamente representada não pode se apoiar em qualquer pressuposto como nos imperativos hipotéticos.

No entanto, esta tarefa parece ser apenas esboçada na GMS pelo que se declara, nessa obra (AA 04 GMS 95):

Como é possível *a priori* uma tal proposição prática sintética e por que ela é necessária, eis aí um problema cuja solução não está dentro dos limites da Metafísica dos Costumes, nem temos afirmado sua verdade aqui, muito menos alegado ter em nosso poder uma prova da mesma.

Porém, finalmente em AA 04, GMS 110, a pergunta volta a aparecer explicitamente, propondo seguidamente uma demonstração de “como é possível um imperativo categórico?”

A pergunta explícita pela possibilidade das proposições sintéticas não se limita à razão teórica e à razão prática. Na terceira crítica, na “Investigação da questão se no juízo de gosto o sentimento de prazer precede o ajuizamento ou se este ajuizamento precede o prazer”, Kant diz: “A solução deste problema é a chave da crítica do gosto e por isso digna de toda atenção”. Aqui aparece a seguinte declaração:

O prazer que sentimos nós o imputamos a todo outro, como se, quando denominamos uma coisa bela, se tratasse de uma qualidade do objeto, que é determinada nele segundo conceitos; pois a beleza, sem referência ao sentimento do sujeito, por si não é nada. Mas temos que reservar a discussão desta questão até a resposta àquela outra: como juízos estéticos são possíveis? (AA 05 KU 30)

A sentença kantiana é tão clara como nos outros dois casos. Tanto na razão teórica e na razão prática quanto nas *Reflexões*, o problema é **a possibilidade das proposições sintéticas**; isto é: como são possíveis juízos sintéticos *a priori* cognitivos, imperativos e estéticos. Com isto já temos elementos para pensar que o problema da razão na sua sistemática tarefa crítica, como filosofia transcendental em sentido amplo (e não apenas restrito à primeira Crítica), passa decididamente pela indagação acerca da possibilidade dos juízos. Porém, os diferentes momentos do texto kantiano nos quais a tarefa aparece explícita não terminam por aqui. Em *Die Religion Innerhalb der Grenzen der blossen Vernunft* (RGV), podemos citar uma nota de rodapé muito esclarecedora:

Se a proposição ‘Há um Deus’, por conseguinte: ‘Há um bem supremo no mundo’ tiver (como proposição de fé) de provir somente da moral, é uma proposição sintética *a priori*; embora ela seja aceita apenas na referência prática, vai além do conceito de dever, que a moral contém (e que não pressupõe nenhuma matéria do arbítrio, mas somente leis formais suas) e não pode, portanto, desenvolver-se a partir da moral. Mas como é possível semelhante proposição *a priori*?

Kant continua:

A consonância com a simples ideia de um legislador moral de todos os homens é, decerto, idêntica ao conceito moral de dever em geral, e, assim, a proposição que ordena tal consonância seria analítica. Mas a aceitação da existência de um objeto diz mais do que a sua mera possibilidade. A chave para a solução deste problema, tanto quanto a julgo discernir, só a posso aqui indicar, sem a desenvolver (AA 08, RGV BA IX – X)

Nessa linha de reflexão podemos pensar que a pergunta kantiana pela possibilidade das proposições se estende à doutrina do direito com o enunciado: “Isto é meu”. Também vemos a mesma preocupação na história, no texto: *Der Streit der Fakultäten*, quando Kant deve decidir sobre a validade da proposição “O gênero humano progride para melhor”.

Em cada caso, com as peculiaridades de cada campo específico, não se faz senão responder à pergunta pelas condições de possibilidade que permitem que esses tipos proposicionais não sejam meras quimeras sem sentido, mas necessárias, possíveis (do ponto de vista lógico) e realmente efetivas, isto é, exequíveis. Nesse sentido, podemos dizer que o idealismo transcendental, em sentido amplo, pode ser definido a partir da tarefa de responder à questão já destacada. Assim, a resolução da tarefa passa pelo encontro dos ingredientes e das regras operacionais de cada tipo de proposição, bem como do dispositivo ou aparelho que executa as regras. Trata-se assim de uma tarefa que deve formular as regras lógico-semânticas das proposições e que permite a construção do aparelho que opera essas regras. A este último, Kant chamou de sujeito, natureza humana, ser humano, espécie, gênero, povo, segundo seja o caso de cada tipo proposicional. Esta tarefa foi desenvolvida em diferentes trabalhos, que começaram com a primeira Crítica, mas se estenderam por toda a obra kantiana (cf. Loparic 2000; Perez 2008). Aqui retomaremos a definição de idealismo transcendental da primeira Crítica, oporemos essa perspectiva ao idealismo (material), tal como faz Kant, e demonstraremos que a diferença entre ambas as orientações filosóficas está no procedimento de doação de sentido dos seus conceitos. Veremos como um tipo de semântica permitirá resolver a questão levantada e a outra não.

2. IDEALISMO TRANSCENDENTAL EM SENTIDO ESTRITO (PRIMEIRA CRÍTICA)

Retomemos o problema na sua origem, isto é, na primeira Crítica. Kant se interroga pela possibilidade dos juízos sintéticos *a priori* da experiência cognitiva e imediatamente passa a indagar os ingredientes e o funcionamento deste tipo de juízo. Assim, espaço, tempo e categorias (como representações sensíveis e representações intelectuais, respectivamente) são expostas e deduzidas devidamente na “Estética transcendental” e na “Analítica transcendental”. As intuições, como representações sensíveis, devem poder ser subsumidas sob categorias ou formas lógicas do entendimento. Deste modo, aqueles ingredientes segundo os correspondentes modos de articulação (definidos no esquematismo) possibilitam os fenômenos que podem ser conhecidos, diferentes das coisas em si mesmas, que seriam objetos independentes da nossa forma de conhecimento e em relação aos quais não teríamos acesso cognitivo teórico.

Deve se observar que não se trata de partir de uma natureza humana previamente estabelecida, mas de uma estrutura proposicional considerada como dada e a ser provada como válida, o resultado dessa prova mostrando a validade do ponto de partida. Tal coisa não poderia ser feita se partíssemos de uma natureza humana preestabelecida. Desse modo, Kant se orienta no sentido contrário ao de Locke (1980). As condições da sensibilidade e a espontaneidade do pensamento são, antes de qualquer coisa, ingredientes necessários do juízo. Isto é: servem como condições para provar a validade do juízo e sua exequibilidade, e só depois podemos dizer que constituem um aparelho cognitivo (racional e eventualmente humano). Assim, por um lado, os fenômenos, ao estarem determinados pelas nossas formas da sensibilidade, são objetos tal como nos aparecem e sobre os quais podemos formular problemas solúveis. Quer dizer: sobre os quais podemos formular proposições que possam ser ditas sem sentido ou com sentido e, no último caso, portanto, verdadeiras ou falsas. Por outro lado, afirmar algo sobre coisas em si mesmas como independentes da nossa sensibilidade nos conduziria a uma série de problemas do ponto de vista da validade de um conteúdo cognitivo no sentido exposto, por exemplo, em Descartes (1984; 1999) e em Berkeley (2008).

Para que um objeto possa ser conhecido ele deve poder ser dado ou construído na sensibilidade. Isto significa que *algo* deve poder ser dado ou construído a partir das formas puras de toda intuição possível, a saber, o tempo ou o tempo e o espaço. As formas lógicas do entendimento só têm realidade objetiva, do ponto de vista cognitivo, desde que sejam aplicadas aos múltiplos intuitivos (sensíveis). Isto é demonstrado por Kant na dedução transcendental das categorias, cuja tarefa avança no esquematismo e nos princípios do entendimento. A tarefa que resolve a relação entre conceitos e objetos na experiência tem pelo menos dois momentos: é preciso mostrar que categorias podem constituir a experiência do objeto e como essas categorias se aplicam a esses objetos (ver especialmente Linhares 2006). É desta forma que os objetos da experiência cognitiva não podem estar além dos limites da nossa sensibilidade, isto é, não podem pertencer ao conjunto de seres enquanto coisas em si mesmas,² sob pena de afirmar-se algo sobre elas de caráter duvidoso ou problemático.

É nesta direção que é possível compreender a definição kantiana de idealismo transcendental em sentido estrito na primeira Crítica:

Na Estética transcendental demonstramos suficientemente que tudo o que se intui no espaço ou no tempo e, por conseguinte, todos os objetos de uma experiência possível para nós, são apenas fenômenos, isto é, meras representações que, assim como elas são representadas, enquanto seres extensos ou séries de mudanças, não têm fora dos nossos pensamentos existência fundamentada em si. A essa doutrina chamo eu Idealismo transcendental. (KrV A 490-491 / B 518-519)

É mais especificamente afirma:

Compreendo por idealismo transcendental de todos os fenômenos a doutrina que os considera, globalmente, simples representações e não coisas em si, segundo a qual o tempo e o espaço são apenas formas sensíveis da nossa intuição, mas não são determinações dadas por si ou condições dos objetos considerados como coisas em si (KrV A 369)

² Para um estudo completo da coisa em si ver Bonaccini 2003.

Em consequência disso, todo idealista transcendental é também um realista empírico:

Toda percepção externa, portanto, demonstra imediatamente algo real no espaço, ou melhor, é o próprio real e, nesse sentido, o realismo empírico está fora de dúvida, ou seja, às nossas intuições externas corresponde algo real no espaço. Simplesmente o próprio espaço, com todos seus fenômenos como representações, só existe em mim; mas, nesse espaço, contudo, é dado o real ou a matéria de todos os objetos da intuição externa, verdadeira e independentemente de toda a ficção, e é também impossível que, nesse espaço, seja dada qualquer coisa exterior a nós (no sentido transcendental), porque o próprio espaço nada é fora da nossa sensibilidade. (KrV A 375)

Esta posição com relação ao espaço e o tempo não se deriva de um estudo antropológico ou psicológico do ser humano em alguma situação geral ou específica. Se Kant não adotasse a concepção de que o espaço e o tempo são formas puras da sensibilidade e intuições puras onde o múltiplo intuitivo é dado, então as categorias como produtos da espontaneidade do pensamento não encontrariam limites para sua aplicação. Sem esta limitação as categorias poderiam ser aplicadas a objetos em geral, independentemente das condições sensíveis. A consequência disso seria a possibilidade de afirmar sem critério seguro a existência de objetos que não necessariamente cumpririam as condições de uma experiência. Deste modo, nada se poderia afirmar sem que fosse pelo menos duvidoso.

De acordo com Kant, este idealismo transcendental, baseado na determinação das formas da sensibilidade, opõe-se a um realismo transcendental que considera o espaço e o tempo como algo dado em si (KrV A 369). “O realista, em sentido transcendental, converte estas modificações da nossa sensibilidade em coisas em si subsistentes por si mesmas e, por conseguinte, faz de simples representações coisas em si” (KrV A 491 / B 519). Toda a diferença entre ambas as posições está em considerar, por um lado, o que se apresenta na determinação da minha sensibilidade como múltiplo intuitivo dado, passível de ser subsumido sob categorias do entendimento e, por outro lado, o que seria independente dela. A distinção entre fenômeno e coisa em si divide dois modos de referir conceitos. Trata-se de duas semânticas. Esta diferença é o que nos conduziria a afirmar que o idealismo transcendental é a chave para a solução dos problemas da Dialética transcendental, especificamente dos problemas cosmológicos, mas também dos paralogismos, especialmente do terceiro e do quarto onde se aborda o problema da personalidade e da idealidade e da relação externa, bem como a chave de uma refutação ao idealismo, enquanto que a posição contrária ao idealismo transcendental nos conduziria à impossibilidade de lidar resolutamente com esses mesmos problemas.

Em Loparic (1990) encontramos um trabalho bastante técnico sobre a primeira antinomia, que demonstra como Kant resolve um dos problemas necessários da razão em termos lógico-semânticos. Nosso seguinte passo será abordar a refutação ao idealismo seguindo o modo de interpretação semântico.

3. A REFUTAÇÃO AO IDEALISMO

Para melhor entender o problema citaremos a formulação da questão redigida por Kant para logo avançarmos no detalhe dos seus elementos.

O idealismo (o idealismo material, entenda-se) é a teoria que considera a existência dos objetos fora de nós, no espaço, ou simplesmente duvidosa ou indemonstrável, ou falsa e impossível; o primeiro é o idealismo *problemático de Descartes*, que só admite como indubitável uma única afirmação empírica (*assertio*), a saber, *eu sou*; o segundo, o idealismo *dogmático de Berkeley*, que considera impossível em si o espaço, com todas as coisas de que é inseparável, sendo, por conseguinte, simples ficções as coisas no espaço. O idealismo dogmático é inevitável, se se considera o espaço como propriedade que deve ser atribuída às coisas em si; sendo assim, tanto o espaço como tudo a que serve de condição é um não-ser. Mas o fundamento deste idealismo foi por nós demolido na estética transcendental. O idealismo problemático, que nada afirma de semelhante e só alega incapacidade de demonstrar, por uma experiência imediata, uma existência que não seja a nossa, é racional e conforme a uma maneira de pensar rigorosamente filosófica, a saber, não permite um juízo decisivo antes de ter sido encontrada prova suficiente. A prova exigida deverá, pois, mostrar que temos também experiência e não apenas imaginação das coisas exteriores. O que decerto só pode fazer-se demonstrando que mesmo a nossa experiência interna, indubitável para Descartes, só é possível mediante a experiência externa. (KrV B 274-275)

A posição do idealismo transcendental, tanto contra Berkeley quanto contra Descartes, se apoia na sua concepção das formas da sensibilidade (espaço e tempo). Essa condição nos oferece um modo de aplicar os conceitos a múltiplos intuitivos e assim poder validar nossas proposições.

Aquilo que percebemos como dado segundo as formas da sensibilidade é subsumido sob a forma lógica do entendimento na categoria segundo uma regra de aplicação ou *esquema*. De acordo com os quatro grupos de categorias (quantidade, qualidade, relação e modalidade), a representação esquemática, para a aplicação das mesmas no múltiplo intuitivo dado segundo as formas da nossa sensibilidade, é a seguinte:

- **para as categorias da quantidade:** a regra de aplicação se dá como produção (síntese ou composição) do tempo na apreensão sucessiva de um objeto. Assim sendo, um objeto é uma quantidade como síntese ou composição do tempo. Deste modo, podem ser aplicáveis as categorias de unidade, pluralidade e totalidade. Por isso, é possível medir o objeto e compará-lo com outras quantidades;
- **para as categorias da qualidade:** a regra de aplicação se dá como a síntese da sensação (da percepção) com a representação do tempo ou plenitude do tempo. Na aplicação de cada categoria o que está em jogo é o grau de intensidade da sensação. Desse modo, a operação de síntese da sensação no tempo nos permite aplicar o conceito de realidade, na ausência de sensação determinada no tempo aplicamos a categoria de negação e na relação da primeira categoria com a segunda aplicamos o conceito de limitação.
- **para as categorias da relação:** a regra de aplicação se dá como o enlace que une percepções no tempo (segundo uma regra da determinação de modos do tempo). Assim temos o permanente, o sucessivo e o coexistente no tempo;
- **para as categorias da modalidade:** a regra de aplicação estabelece o tempo como correlato da determinação de um objeto para ver se este objeto pertence ao tempo. Assim temos a possibilidade, a efetividade e a necessidade com relação ao tempo.

Cada grupo de categorias se organiza para sua aplicação segundo certas formas do tempo, como podemos observar: a **série** do tempo como quantidade; o **conteúdo** do tempo como qualidade; a **ordem** do tempo como relação e o **conjunto** do tempo como modalidade.

Nenhuma das categorias pode ir além dos limites que o tempo determina; esses limites estão explicitados claramente segundo cada uma das formas mencionadas na parte do esquematismo da crítica da razão pura. Os esquemas dos conceitos puros do entendimento são, pois, as verdadeiras condições pelas quais esses conceitos podem se pôr em relação com múltiplos intuitivos dados nas formas da sensibilidade e determinar os objetos como objetos de conhecimento. Por conseguinte, trata-se de um procedimento de significação (*Bedeutung*) objetiva de conceitos em relação com objetos reais (Kant, KrV, A146/B185) pautado decisivamente segundo as formas do tempo. O que significa que o tempo é a forma na qual se apresenta o múltiplo intuitivo e também a forma em que a categoria subsume essa intuição.

As unidades lógicas (conceitos puros do entendimento) são deduzidas, como se sabe, da tábua dos juízos. Deste modo, podemos usá-las para pensar qualquer objeto, por exemplo, um objeto em geral, e formular qualquer juízo, mesmo sobre objetos duvidosos ou inexistentes. Porém, quando se trata de um objeto da experiência e de um juízo objetivamente válido, a operação requer a intervenção do tempo como forma pura de toda intuição possível, isto é, como a forma na qual a sensibilidade acolhe um múltiplo intuitivo e possibilita a aplicação da categoria. Essa intervenção não se dá de qualquer modo. Há uma teoria das formas que sustenta o procedimento de significação dos conceitos. Quer dizer: as formas lógicas se relacionam com certas formas sensíveis mediante o tempo. O caráter restritivo da intervenção do tempo (enquanto domínio de aplicabilidade) produz certo “campo de sentido” que é impossível transgredir sem cair em meras afirmações especulativas totalmente carentes de objetividade, isto é, fora do campo cognitivo. Devemos esclarecer que esta restrição ordena o sentido daquilo que é cognoscível do ponto de vista de uma experiência cognitiva, mas não de todo e qualquer sentido, por exemplo, prático ou estético.

Kant (KrV, A147/B186) afirma que os conceitos puros do entendimento conservam sempre certo “sentido”, ainda depois de se ter feito abstração de toda condição sensível. Mas tal é um sentido meramente lógico. Trata-se da simples unidade das representações, sem objeto dado. Porém, Kant também entende que a ordem lógica não consegue preencher as condições suficientes de significação na ordem do conhecimento teórico. Na ordem da lógica a proposição pode ser correta, podendo-se estar diante de uma fórmula bem formada. Mas quando se trata de lhe dar um objeto da experiência que possa fornecer referência objetiva, a lógica formal não basta. Então aparece o problema da existência dos objetos externos, das formas da nossa sensibilidade e da sua relação com os nossos conceitos. Se partirmos de uma pressuposição interior/exterior excludente entre a espontaneidade dos conceitos e os objetos fora de mim, onde de um lado temos um sujeito e do outro lado coisas em si, então haveria um abismo intransponível que me conduziria a duvidar ou mesmo negar a possibilidade de afirmar algo sobre aqueles objetos. Kant recompõe a relação interior/exterior, dentro/fora, sujeito/objeto cognoscível mudando o significado do conceito de tempo e, portanto, as condições da sensibilidade.

Assim: “Para cada conceito, exige-se primeiro a forma lógica de um conceito (do pensamento) em geral, e em segundo lugar a possibilidade de lhe dar um objeto a que se refira” (Kant KrV A 239/B 298). A substância, por exemplo, separada da determinação sensível da permanência não significa mais que uma coisa que pode conceber-se como sendo sujeito (sem ser o predicado de outra coisa), mas não diz nada sobre as determinações que deve ter a coisa para alcançar o título de primeiro sujeito. É preciso primeiro que o tempo atue como domínio de aplicabilidade e, segundo, estabelecer um procedimento de determinação de acordo com certas formas. O tempo expõe as condições necessárias para que a categoria (neste caso, de substância) possa ter a sua correspondência em um objeto da experiência, e para que as aparências possam se determinar pela aplicação das categorias. É nesse sentido que Kant afirma que sua diferença teórica com Berkeley está em conceber espaço e tempo como formas da sensibilidade e não como propriedades das coisas em si mesmas. Berkeley não poderia senão relacionar conceitos com sensações porque ele considera que o objeto sempre lhe seria externo absolutamente.

No caso de Descartes, Kant argumenta que a consciência de nossa própria existência é resultado de uma determinação no tempo. Cito Kant:

É certo que a representação: eu sou, que exprime a consciência que pode acompanhar todo o pensamento, é o que imediatamente contém em si a existência de um sujeito, mas não é ainda nenhum conhecimento, portanto não é também nenhum conhecimento empírico, ou seja, nenhuma experiência; pois, para tanto se requer uma intuição, além do pensamento de algo existente, e aqui intuição interna, com referência à qual, ou seja, ao tempo, o sujeito tem de ser determinado, para isso são exigidos absolutamente, objetos exteriores, por conseguinte, a experiência interna só é possível mediante, e apenas através da experiência externa. (Kant, KrV B 277)

A consciência de mim próprio na representação *eu* não é uma intuição, mas uma representação simplesmente intelectual da espontaneidade de um sujeito pensante. Eis porque este *eu* não possui o mínimo predicado de intuição que, enquanto permanente, possa servir de correlato à determinação do tempo no sentido interno, como para a matéria serve, por exemplo, a impenetrabilidade, enquanto intuição empírica. (Kant, KrV B 278)

Assim como Descartes, Kant também adotou o enunciado “eu penso”, mas à diferença do seu predecessor dita proposição não é caracterizada como referida a uma substância (*res*) e sim concebida como a expressão da unidade lógica da consciência que deve poder acompanhar todas as minhas representações. Desse modo entendemos como é essencial a relação entre a unidade transcendental da consciência expressa no *eu* e a unidade sintética do objeto das minhas representações. Dito em outras palavras, a referência das representações não se dá senão com relação aos objetos (externos) de conhecimento cuja unidade é operada a partir do *eu* como função lógica.

Outra vez podemos observar que a relação interior/exterior, dentro/fora não se põe como uma relação excludente. Mais uma vez vemos que não se trata de um sujeito por um lado e de uma coisa em si pelo outro. Por isso, Kant afirma que: “A unidade que constitui necessariamente o objeto não pode ser coisa diferente da unidade formal da consciência na síntese do diverso das representações” (Kant, KrV A 105). A unidade das minhas representações como unidade do objeto externo é produzida a partir de uma função lógica de unidade. Assim se entende que a apercepção transcendental seja considerada o fundamento último que

torna possível a unificação das diversas representações na unidade do objeto externo. Como a unidade sintética é a característica necessária essencial do objeto externo do conhecimento e, por sua vez, é identificada com a unidade formal da consciência, então a possibilidade de uma autoconsciência por parte do sujeito das representações deve poder ser concebida não como *res*, mas como unidade lógica. Isso significa que “a consciência originária da identidade de si mesmo é, portanto, ao mesmo tempo, uma consciência de uma unidade, igualmente necessária, da síntese de todos os fenômenos segundo conceitos” (Kant, KrV A 108).

A unidade da autoconsciência não é o nome de uma coisa ou *res*, mas deve ser concebida como a condição das conexões das nossas representações. O *eu* como a consciência da identidade da apercepção transcendental é idêntico à consciência de um sujeito que sintetiza o múltiplo das representações. Dito por outras palavras, o *eu* como a consciência da identidade de nós mesmos é a consciência da capacidade de síntese de que operamos na espontaneidade do pensamento. Podemos dizer então que, por um lado, a identidade é uma identidade lógica e não substancial. Mas, por outro lado, temos montado um aparelho capaz de operar as regras e tornar possível a experiência cognitiva. Nesse sentido também podemos dizer que não se trata de uma descrição psicológica do processo do conhecer, mas da montagem do aparelho que opera os procedimentos de síntese necessários para a cognição. É assim que podemos interpretar a dedução transcendental subjetiva das categorias e evitar qualquer oposição entre logicismo e psicologismo.

Há ainda uma distinção muito importante feita por Kant em KrV A 107 que nos ajuda a esclarecer nossa questão. Trata-se da diferença realizada entre apercepção transcendental e apercepção empírica. Na apercepção transcendental podemos estabelecer um *eu* como idêntico porque é função lógica de unificação e apenas isso, tal como demonstramos até aqui a partir das argumentações de Kant. Porém, a consciência de si, segundo as determinações do nosso estado na percepção interna é sempre mutável e depende do fluxo dos fenômenos. A simples apercepção empírica não pode estabelecer um *eu* idêntico porque o que o sentido interno (tempo) oferece em seus dados sucessivos é sempre variável. Assim, o eu empírico (do sentido interno) supõe um eu transcendental (função lógica de unidade), mas em ambos os casos, e isso é o que nos interessa destacar neste trabalho, exige-se a relação com as representações dos objetos externos. Deste modo então podemos entender que a sentença kantiana de que o eu pressupõe os objetos externos é derivada de uma perspectiva semântica que se encontra na base da argumentação.

Porém, há mais um elemento que devemos levar em consideração para a completa resposta do idealismo transcendental à questão do idealismo problemático. Cito Kant:

Da necessidade da existência dos objetos externos para a possibilidade de uma consciência determinada de nós mesmos não se conclui que toda a representação intuitiva das coisas exteriores implique a existência dessas mesmas coisas, porquanto esta representação pode ser simplesmente um efeito da imaginação (em sonhos ou também na loucura); e, mesmo nesse caso, realiza-se mediante a reprodução de antigas percepções externas, que, conforme mostramos, são possíveis mercê da realidade dos objetos exteriores. (KrV B 278-279)

A espontaneidade do pensamento só produz operações de síntese, mas não conteúdos perceptivos novos. O aparelho cognitivo poderia delirar, mas esse delírio só poderia ocorrer desde que esse mesmo aparelho já houvesse carregado em um tempo anterior algum tipo de percepção de objetos externos. De acordo com o funcionamento do aparelho que me permite operar as regras de produção de proposições cognitivas e proceder à sua respectiva validação, não tenho como afirmar a produção de percepções *ex nihilo*. O problema de fundo então deixa de ser uma oposição entre coisas em si fora de mim e imagens ou representações sensíveis produzidas *ex nihilo* desde meu interior, para passar a ser um problema de referência³. E isso está indicado na passagem onde Kant alude aos princípios do entendimento. Cito:

Para averiguar se esta ou aquela suposta experiência é ou não simples imaginação, será preciso descobri-lo segundo as determinações particulares dessa experiência e o seu acordo com os critérios de toda a experiência real. (KrV B 278-279)

CONSIDERAÇÃO FINAL

O idealismo transcendental, entanto realismo empírico, se define pela sua concepção de espaço e tempo enquanto intuições puras e formas puras de toda intuição possível que funcionam por sua vez como formas para a aplicabilidade das categorias. A afirmação da existência e/ou cognoscibilidade dos objetos externos pode ser decidida a partir do idealismo transcendental justamente porque esta doutrina oferece regras lógico-semânticas de validação de proposições. Assim, o idealismo transcendental entendido como semântica transcendental nos permite resolver o problema da cognoscibilidade dos objetos externos. Porém, o idealismo transcendental, como temos visto no início deste artigo, não se limita à pesquisa sobre as condições de possibilidade das proposições sintéticas a priori da experiência cognitiva senão que avança em outros tipos proposicionais. Em cada caso, será necessário achar as regras lógico-semânticas das proposições (práticas, estéticas, da história, do direito etc.) para resolver sua validade e os problemas que se derivam.

RESUMO: O objetivo deste artigo é apresentar o idealismo transcendental (e o realismo empírico) como uma semântica transcendental que permite resolver problemas cognitivos da ciência e decidir sobre problemas filosóficos por meio de novos argumentos e documentos textuais da filosofia kantiana. Para tal fim, mostraremos que a pergunta fundamental que aparece em todo o percurso da obra kantiana é a pergunta pela possibilidade das proposições sintéticas. Esta pergunta demanda o desenvolvimento de uma resposta que essencialmente diz respeito não apenas sobre sua necessidade e possibilidade lógica, mas também sobre sua exequibilidade e que mostrará suas peculiaridades em cada caso. Especificamente, na primeira crítica as condições ou ingredientes do juízo permitem distinguir entre fenômenos como objetos de conhecimento e coisas em si mesmas. Assim, o idealismo transcendental é definido, no sentido restrito, na crítica da razão pura, basicamente, a partir do modo de interpretar o papel da sensibilidade em relação com as categorias e a constituição dos objetos de conhecimento. Esta posição filosófica permite a Kant propor um campo de sentido onde formular e resolver problemas cognitivos válidos e, portanto, resolver os problemas que a própria razão se impõe bem como fazer uma refutação ao idealismo (material) tanto problemático quanto dogmático. Assim, provaremos que o problema da cognoscibilidade dos objetos se resolve em Kant em termos decididamente semânticos.

PALAVRAS-CHAVE: idealismo transcendental, realismo empírico, semântica transcendental, refutação ao idealismo, fenômeno.

³ Tratei o tema da loucura em outro trabalho. Ver Pérez 2009.

ABSTRACT: The aim of this paper is to present transcendental idealism (and empirical realism) as a transcendental semantics that allows to solve cognitive problems of science and decide on philosophical problems through new arguments and textual documents of Kantian philosophy. For this, we intend to show that the fundamental question that appears throughout the course of Kant's work is to question the possibility of synthetic propositions. This question requires the development of a response that essentially concerns not only about its necessity and logical possibility, but also about its feasibility and show their peculiarities in each case. Specifically, the first critical conditions or ingredients of judgment distinguish between phenomena as knowledge objects and things in themselves. Thus, the transcendental idealism is defined in the narrowly, in Critique of pure reason, basically, from the way of interpreting the role of sensitivity in relation to the categories and the constitution of the objects of knowledge. This philosophical position allows Kant to propose a field of meaning which formulate and solve cognitive problems and valid, hence solving problems that reason itself imposes itself as well as make a refutation of idealism (material) somewhat problematic as dogmatic. Thus, we intend to prove that the problem of discernibility of objects is solved in Kant decisively in semantic terms.

KEYWORDS: transcendental idealism , empirical realism , transcendental semantics, refutation of idealism, phenomenon.

REFERÊNCIAS

- Berkeley, G. (2008) *Tratado sobre os princípios do entendimento humano*. IN Berkeley *Obras filosóficas*.
- Bonaccini, J. A. (2003) *Kant e o problema da coisa em si no idealismo alemão*. Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- Cohen, H. (1885) *Kant's Theorie der Erfahrung*. Berlin: Harrwitz und Gossmann.
- Descartes, R. (1984) *Discurso del método*. Barcelona: Planeta.
- _____. (1999) *Meditações metafísicas*. Campinas: IFCH-UNICAMP.
- Heidegger, M. (1998) *Kant und das Problem der Metaphysik*. Frankfurt am Main: Klostermann.
- Kant, I. (1983) *Werke*. Zehn Banden. Darmstad; WBD.
- Kitcher, P. (1990) *Kant's Transcendental psychology*. New York: Oxford University Press.
- Linhares, B. (2006) *As deduções objetiva e subjetiva na primeira edição da crítica da razão pura*. Kant e-prints. Campinas, Série 2, v. 1, n.2, p. 41-55, jul.-de..
- Locke, J. (1980) *Ensayo sobre el entendimiento humano*. Madrid: Editora Nacional.
- Loparic, Z. (1990) *The Logical Structure of the First Antinomy*. Kant-Studien, vol. LXXXI, no. 3, pp. 280-303.
- _____. (2000) *A semântica transcendental de Kant*. Campinas: UNICAMP, CLE.
- Perez, D.O. (2008) *Kant e o problema da significação*. Curitiba: Champagnat.
- _____. (2009) *A loucura como questão semântica: uma interpretação kantiana*. Trans/Form/Ação, São Paulo, 32(1): 95-117.

Recebido em / Received in: 6.8.13

Aprovado em / Approved in: 28.1.14

